

**CEDI**

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *O Estado de São Paulo*

Class.: 1007

Data: 09. 11. 78

Pg.: \_\_\_\_\_



Foto Olderige Zardo - Telefoto Estado

A beira das estradas, as famílias expulsas de Nonoai buscam uma forma de sobreviver

## Nonoai: crime não encerra ocupação

**SÉRGIO BECKER**  
Enviado especial

A morte do agricultor Adão José da Silva, baleado com três tiros durante a briga de sua família com uma centena de kaingang no dia de Finados, e a expulsão de outras onze famílias de posseiros não representaram o fim da invasão branca na Reserva Indígena de Nonoai, a 416 quilômetros de Porto Alegre, que nos últimos 20 anos teve 1.200 famílias ocupando e plantando em mais de dois terços da área pertencente aos índios: o maior invasor — a abastada família Dall'Astra, — que vive na cidade de Passo Fundo — continua imperturbável cultivando gratuitamente trigo e soja em 300 hectares da reserva. Por outro lado, entre os milhares de expulsos, 370 famílias permaneceram há seis meses acampadas e abandonadas ao longo das estradas de Nonoai e Planalto, trabalhando eventualmente como peões nas propriedades próximas, ganhando "de vez em quando" 50 cruzeiros por dia para "não ver as crianças morrerem de fome".

Adão José da Silva não foi o primeiro agricultor a morrer na Reserva Indígena de Nonoai, na altura do município de Planalto. Na mesma região, em setembro de 1976, o índio Vitor Paulo esfaqueou, por vingança, o sem-terra Willibaldo Kunzler, quan-

do este saía da 'bodega' (botiquim) num sábado à tarde. Mas, o caso de Adão foi diferente. Os 'kaingangs' dizem que foi um grupo de 80 índios, mas a família do agricultor — Adão deixou mulher e 13 filhos, seis deles menores — assegura que eram mais de 100 homens. Os índios dizem que atiraram em Adão e em dois de seus filhos, que estão hospitalizados, com o seu próprio revólver e que todos os brancos estavam armados com foices e facões. A família rebate enfatizando que Adão foi atingido por balas de espingarda trazida por um dos índios e que ninguém da casa estava armado. Para os 'kaingangs', o posseiro deveria morrer porque "via dizendo nas 'bodegas' que só sairia morto da reserva" e para os vizinhos de Adão, hoje acampados fora da área, o agricultor era um homem bom, incapaz de fazer mal a alguém.

O certo é que houve um confronto, ao meio-dia da última quinta-feira, entre uma centena de indígenas e as 12 famílias de intrusos que permaneciam na reserva. A maioria fugiu apavorada e algumas viúvas receberam prazo de dias para se retirarem. Mas, na casa de Adão José da Silva houve luta e, embora nenhum índio saísse ferido, o agricultor morreu pouco depois de chegar no hospital da cidade Iraí, na divisa com Santa Catarina, onde dois de seus fi-

lhos continuam internados. Antonio Dalmiro, de 24 anos, baleado nas duas pernas, e João Wilson, de 25 anos, atingido por tiros no peito e no braço esquerdo e ainda por paulada na cabeça. Também é inegável que Adão José da Silva levou três tiros — no braço esquerdo, na barriga e na boca — e seu corpo está enterrado numa cova do modesto cemitério da vila Cruzeiro do Sul, em Planalto.

A morte de Adão se deve mais à ameaça de reingresso de 40 famílias na reserva, em função de sua permanência no local, do que propriamente sua teimosia em ficar na área depois de maio último, quando os índios expulsaram o maior número de famílias de intrusos. Ficando, Adão estava atraindo os que já tinham saído.

A viúva, Margarida Roque da Silva, quase não consegue falar, ainda traumatizada "pelo horror" da luta da família com os índios. Mas, depois de contar que agarrou-se aos filhos menores e só queria "fugir dali de qualquer maneira", disse que, se tivesse sido atendido a tempo, seu marido talvez escapasse com vida. Adão foi inicialmente levado para o hospital do Dr. José do Canto, em Planalto, e somente seis horas depois de baleado, e sem ter recebido o atendimento necessário, é que acabou sendo transferido para

o Hospital Nossa Senhora Auxiliadora, na cidade de Iraí (a 30 quilômetros de distância) onde morreu, apesar da existência de melhores recursos. Além disso, a viúva e alguns vizinhos praticamente responsabilizaram as autoridades pela morte do agricultor ao enfatizarem que algumas famílias não saíram da reserva porque "o prefeito cansou de dizer que era pra ficar lá aguardando uma solução".

De fato, segundo o prefeito Genuir Salvão (Arena), os posseiros deviam esperar pela transferência para o Mato Grosso, prometida pelo ministro do Interior, Rangel Reis, que ainda não foi concluída. No entanto, também de acordo com o prefeito de Planalto, "a Cooperativa de Canarana, responsável pela transferência dos colonos, está cometendo uma série de atos prejudiciais". Genuir observou que a Coopercana está levando para o Mato Grosso colonos não egressos de reservas e, portanto, não prioritários conforme o combinado, e, também "vem se recusando a levar 15 famílias não cadastradas, embora já tenha levado a mobília delas para lá". Ele admitiu ainda que os colonos estão "muito descontentes" pela falta de indenização das suas casas abandonadas nas reservas, o que "foi prometido pelo Ministério do Interior", mas não cumprido.

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo Class.: ESP

Data: 09.11.78 Pg.: \_\_\_\_\_

### 370 famílias ainda sem destino

Pelos cálculos de Genuir Salvão existem 370 famílias acampadas desde maio na beira das estradas que dão acesso a Planalto e Nonoai, vivendo amontoadas em barracos improvisados com galhos, lonas e tábuas, em total promiscuidade. Destas, uma centena talvez ainda se transfira para Mato Grosso, 35 poderão ser acomodadas em lotes de um hectare cedidos pela Prefeitura, e para os demais "não há solução". Embora afirmasse que entre os sem-terra existem pessoas "pretensiosas" que não querem sair do Rio Grande do Sul - "não sei porque" - e procurasse evitar qualquer referência à reforma agrária, o prefeito terminou reconhecendo que "seria muito bom se a gente pudesse distribuir terra para quem precisa plantar".

Os agricultores abandonados na beira das estradas são como Sebastião Rodrigues Gonçalves - 49 anos, 12 filhos vivos e dois mortos - que morou na reserva durante 16 anos, pagando taxa de arrendamento para a Funai ou imposto para o Incra: "A gente pagava os 2% da venda dos nossos produtos pro Incra e então achava que podia permanecer". Sebastião acrescentou que não vai para Mato Grosso porque "os parentes e vizinhos que foram pra lá não conseguiram colher milho e

feijão". Informado de que naquela região as culturas principais são de café e guaraná, que dão colheita somente de cinco anos depois, observou: "Esse pessoal que foi vai ficar todo esse tempo só fazendo dívida com a cooperativa e já nem pode mais voltar".

Por isso, Sebastião, decidiu ficar no Rio Grande e continuar acampado com a família à espera da indenização prometida pelo Ministério do Interior e de uma "terrinha pra plantar". Enquanto não recebe nada disso, vai trabalhando como peão pelas redondezas: "Ainda ontem - contou Sebastião - comecei a cavar um poço por 50 cruzeiros por dia, que é pra não ver os filhos morrer de fome. Nós vamos levando assim porque não sabemos roubar, não senhor". Depois de deixar escapar um sorriso ao dizer que "o milho

que a gente planta e os filhos que a gente tem são para ver crescer", e de uma breve referência aos direitos humanos, Sebastião concluiu sugerindo às autoridades que "ou dêem uma terrinha ou então decidam terminar logo com a gente".

Além do dramático quadro social apresentado por estas famílias, sua presença junto à divisa da reserva indígena é uma ameaça permanente de retorno às áreas que foram obrigados a deixar. Embora os colonos se digam aterrorizados e que nunca mais vão entrar na área, os kaingang sabem que isso pode acontecer de uma hora para outra e já anunciaram a criação de um esquema de vigilância. Isto porque os posseiros são vistos freqüentemente escondidos observando os indígenas. E para o capitão indígena José Lopes,

"quem tá fazendo espera é porque quer bronca".

Para ele, a expulsão dos intrusos é apenas um capítulo da história, pois "a cada 20 dias aparece um índio cortado ou espancado".

A luta entre eles é incentivada pela impunidade, como no caso da morte de Adão José da Silva, cujo inquérito foi aberto pelo delegado Leo Vieira dos Santos, de Planalto, que reconheceu tratar-se de um processo "pró-forma, porque, além de ser difícil determinar qual dos 100 indígenas atirou no agricultor, eles não podem ser responsabilizados perante a lei".

O kaingang Alfredo Batista anunciou que, agora, seus companheiros pretendem se ocupar da família Dal'Astra, que há anos cultiva em 300 hectares da reserva, embora seus funcionários não morem perto da área.